



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

A FORMAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA BRASILEIRA E AS POLÍTICAS SOCIAIS NO MEIO RURAL

Paulo Roberto Martins*
Andrea Fão Carloto**
Cesar André Luiz Beras***

RESUMO: Este artigo visa discutir o alcance das políticas sociais para o meio rural em uma perspectiva sócio-histórica, onde será abordado desde a forma como se deu a posse da terra no Brasil, gerando a questão agrária, que tem como características a divisão desigual e a alta concentração, deixando marcas contemporâneas. Na sequência realiza-se um breve panorama da extensão das políticas sociais aos trabalhadores rurais, tendo como pano de fundo a estrutura sócia brasileira e as suas transformações que ocorreram no decorrer do processo histórico. Este estudo busca contribuir em uma área que ainda é escassa no Serviço Social, as políticas sociais no meio rural, e para a atuação dos profissionais assistentes sociais que atuam nessas atividades, tendo também como pressuposto contribuir em reflexões sólidas sobre a temática, ação intrínseca a formação profissional.

PALAVRAS-CHAVE: meio rural; política social; formação profissional.

1. Introdução

O presente artigo visa objetivar algumas reflexões referente à abrangência histórica das políticas sociais no meio rural, temática ainda pouca aprofundada no Serviço Social, neste sentido o presente estudo vem na direção de contribuir nos processos de intervenção dos assistentes sociais, e também na construção de processos sólidos para leitura da realidade, que se refere direto a formação profissional. Não pretende-se aqui traçar um panorama das diversas políticas sociais, analisando cada uma delas, mas sim traçar um breve panorama sobre as implicações socio-históricas e a sua materialização no meio rural brasileiro. Para melhor compreensão do quadro atual, da dinâmica do sistema capitalista e das políticas sociais faz-se necessário o resgate de alguns antecedentes sócio-históricos que contribuíram na construção da sociedade brasileira.

No segundo momento, mas não menos importante, trabalha-se a interface entre a questão social e a política social, trazendo conceitos básicos e de forma sintética a evolução das políticas sociais no cenário nacional.

* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

** Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

*** Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).



Por último é trabalhada a necessidade de desenvolvimento social para o campo, fato que apresenta-se como uma demanda latente historicamente construída. Esses elementos podem contribuir para elaborarmos reflexões a respeito da formação e intervenção. Nesta perspectiva será utilizado da metodologia da pesquisa descritiva como instrumento de coleta de dados qualitativos que ilustrem nossa problemática estudada.

2. Contexto histórico das transformações no meio rural brasileiro.

O Brasil apresenta particularidades estruturais que podem ser identificadas tanto no meio urbano, quanto no meio rural. Particularidades estas, decorrentes de diversos fatores, econômicos, históricos, sociais, culturais, dentre outros. Para melhor compreensão destes fatores faz-se necessária uma breve reflexão acerca do desenvolvimento do capitalismo no campo. Essa reflexão implica retomar a discussão do processo de colonização aqui imposto, principalmente no que tange a gênese do apropriação da terra no Brasil, onde um país com imensa extensão territorial a ser desbravada, a distribuição da terra ocorria mediante a capacidade de produção, que favoreceu as elites dominantes da época.

A partir desse contexto evidencia-se que o latifúndio está imbricado culturalmente na GENESE da sociedade brasileira, tanto que a estrutura fundiária brasileira permanece intacta e pouco questionada até a contemporaneidade. Fato construído historicamente pela vasta extensão territorial do país e a abundância de terras desocupadas onde foi dispensado “[...] o rigor na aplicação das regras que regulavam as concessões. O latifúndio resultante da concessão de sesmarias foi fundamental para a economia da Coroa portuguesa e depois para o Império brasileiro [...]” (MARICATO, 1997, p.22).

Após a Independência do Brasil, a produção cafeeira predominou por mais de um século como principal elemento econômico. Ainda antes da extinção do trabalho escravo foi promulgada a Lei de Terras (1850) garantindo que: “[...] quem já tinha terra doada pela coroa podia legalizar e ficar de dono e quem não tinha, daí para diante, só poderia ter se comprado” (GÖRGEN, 2004, p.17). Essa Lei foi uma estratégia para manter o poder das elites coloniais e impedir o acesso a terra por parte dos trabalhadores, tendo em vista que o Brasil era pressionado pelas grandes potências estrangeiras a realizar a abolição da escravatura, ocorrida em 1888.



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

Assim, se o trabalhador passa à condição de livre, a terra fica aprisionada. Dessa forma, com o fim do trabalho escravo os negros libertos não possuíam meios para a aquisição de terras, ficando a margem da esfera produtiva. Enquanto isso a estrutura latifundiária continuava intacta, utilizando-se do trabalho assalariado.

Entre o final do século XIX e início do século XX começam a ocorrer alterações significativas no processo histórico brasileiro, tanto no campo como na cidade, ocorrendo a transição do modelo agroexportador para o modelo urbano industrial. A partir daí as atenções começam a ser direcionadas para alguns investimentos em infraestrutura (ferrovias, usinas elétricas, portos, transporte marítimo) favorecendo o desenvolvimento e a industrialização do país e, com isso, as cidades tornam-se pólos de comércio e serviços. Dessa forma, pode-se dizer que a passagem do Império para a República, marca o início das atividades industriais, e também da urbanização do país, tirando assim parcialmente o foco econômico da produção agrícola. Neste sentido o país caracterizou-se e caracteriza-se por ter uma natureza social e econômica híbrida: convivência entre uma elite rural agrária e uma elite industrial.

Com o desenvolvimento do capitalismo as cidades passaram a ocupar lugar de destaque na produção, ocasionando uma intensa migração da população do campo para as cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida. Aqui o campo também já não possuía mais a mesma capacidade produtiva, em decorrência da perda da mão de obra escrava.

Realmente, em 1930, a economia brasileira já não se podia considerar essencialmente rural, porque a produção industrial rivalizava com a produção agrícola e a crise do café havia reduzido o poder econômico dos fazendeiros, em confronto com os banqueiros, comerciantes e industriais (LEAL, 2012, p. 256).

É nesse contexto, que surge a necessidade de desenvolvimento do capitalismo no campo. Para isso, colocam-se duas alternativas possíveis, porém, antagônicas:

[...] a via democrática ou americana, na qual ocorre uma expansão e modernização das atividades agropecuárias com mudança da estrutura fundiária pretérita e com ocupação parcelada de novas terras; e a via prussiana, na qual é mantida uma estrutura fundiária concentrada e, portanto, moderniza-se o latifúndio (RAMOS, 2007, p.34).

A primeira prioriza a democratização do acesso a terra, através da mudança na estrutura fundiária; enquanto a segunda propõe a modernização do latifúndio, portanto sem mexer na estrutura fundiária do país. No caso brasileiro adotou-se a segunda opção. Pode-se dizer que é uma escolha superficial,



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

[...] porque não atingiu a base de sustentação do “coronelismo”, que é a estrutura agrária. Essa estrutura continua em decadência pela ação corrosiva de fatores diversos, mas nenhuma providência política de maior envergadura procurou modificá-la profundamente [...]. O resultado é a subsistência do “coronelismo”, que se adapta, aqui e ali, para sobreviver, abandonando os anéis para conservar os dedos (LEAL, 2012, p. 256).

A partir disso, começa a ser implantada a denominada Revolução Verde no início dos anos 60, que pode ser entendida como “[...] um Programa de desenvolvimento do capitalismo na agricultura e na pecuária, que se baseia na produção voltada para o lucro e para o mercado [...]” (GÖRGEN, 2004, p. 26). O desenvolvimento da genética, da química e da mecanização do campo, modificaram as formas de produzir sem alterações na estrutura fundiária. Como consequência imediata dessa modernização intensifica a expulsão do trabalhador rural para as cidades, fenômeno conhecido como exôdo rural. Além disso:

Pode-se visualizar nesse processo de modernização um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador, que, em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial (DELGADO, 2010, p. 88).

Por isso, há mais de quarenta anos a Revolução Verde vem reinventando a agricultura e pecuária brasileira, o que acarreta consequências para a sociedade como um todo, dentre elas, as desigualdades sociais expressas tanto no meio rural quanto urbano que de certa forma podem ser descritas (não só, mas também) como produtos do regime de apropriação capitalista e da herança latifundiária brasileira, que carrega em sua essência a desigualdade e a exclusão de muitos, em favorecimento dos benefícios de poucos, que compõe a elite agrária brasileira.

3. A Questão agrária, Desenvolvimento Rural e as Políticas Públicas.

Ao iniciar esse tópico faz-se necessário apontar o entendimento a cerca da chamada questão agrária, que consiste no conjunto de problemas e resistências advindos do desenvolvimento desigual e contraditório das relações capitalistas no campo, sendo que a estrutura fundiária – distribuição e apropriação da terra – determina as relações que compõem a questão agrária (GIRARDI, 2013). Esta por sua vez, diferencia-se da questão agrícola que relaciona-se diretamente ao desenvolvimento de técnicas e instrumentos de produção no campo (GIRARDI, 2013). Essa reflexão é necessária, pois, a questão agrária não seria resolvida somente com o aprimoramento de técnicas para a melhor produção, mas por mudanças que atinjam a estrutura agrária do país, que é altamente concentrada e desigual.



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

Essa diferenciação entre questão agrária e questão agrícola torna-se relevante para que se possa delinear que tipo de desenvolvimento rural está se falando, se é de um desenvolvimento voltado somente para a escolha das melhores técnicas de produção, ou um desenvolvimento que pauta-se em um visão mais geral, principalmente no que tange ao uso da terra.

Dessa forma este estudo compreende o desenvolvimento rural como algo muito mais abrangente do que a simples modernização tecnológica e a ampliação da competitividade mercadológica agrícola no país, demonstrando que desenvolvimento rural diferencia-se de desenvolvimento agrícola. Ou seja, o pressuposto aqui defendido é de a discussão deve permear as relações sociais constituídas no campo, a sua estrutura ali constituída, que como foi apontado no item 1, foi marcada por um processo desigual, tendo rebatimentos na conjuntura atual. Tendo clareza desses conceitos pode-se iniciar o debate entre a realidade do campo, o desenvolvimento rural e as políticas públicas.

A partir da redemocratização do Estado em 1985, onde ocorreu um amplo processo de luta contra a ditadura militar, culminando em movimentos que reivindicam por uma país democrático, exemplo disso foram as “diretas já”, culminando na Constituição Cidadã de 1988 e de todas as transformações na agricultura, já citadas no primeiro tópico, surge o debate em torno da necessidade da intervenção do Estado para o desenvolvimento do setor, através de políticas públicas. Dentre as políticas públicas que passam a ser desenvolvidas, a política econômica (subsídios preferencialmente para os grandes produtores, principalmente do agronegócio, para que aumentem a sua produtividade através de créditos e financiamentos, sendo que a pequena produção ficou em situação desigual no que tange ao acesso aos recursos) destaca-se no meio rural, ao passo que evidencia-se a falta de alcance de políticas sociais para essa população, que parece ter ficado socialmente esquecida. Neste sentido, tendo como base as reflexões de Pereira (2008, p. 94), entende-se a Política Pública “a que privilegia o Estado como produtor exclusivo de política pública, a ponto de conceber o termo público como sinônimo de estatal[...]”. Ou seja, as políticas sociais, financiadas pelo Estado, torna-se um elemento importante para que os trabalhadores rurais possam adquirir melhores condições de vida (Saúde, Habitação, Assistência Social, Previdência), mas somente as políticas sociais não bastam para isso, é necessário ações que busquem modificar a estrutura agrária, principalmente com o objetivo de desconcentrar a terra, para que os pequenos produtores possam ter condições materiais (recursos para a produção, equipamentos, entre outros) para sobreviverem em seu território de origem.

Inicialmente a modernização do campo, a adoção de novas tecnologias implantadas a partir da Revolução Verde representavam o *desenvolvimento rural*, que dessa forma



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

apresentava-se como sinônimo de *desenvolvimento agrícola*. Mais tarde, por volta de 1980, surge a necessidade de intervenção voltada a redução da pobreza no campo, visto que o investimento em modernização não foi suficiente para melhorar as condições de vida da população, pelo contrário, acirrou as desigualdades sociais, porque ao resolver a questão agrícola (aumento da produtividade), agravou ainda mais a questão agrária. Em decorrência disso, o desenvolvimento rural na década de 1990 passa a agregar ações voltadas para a área social, ainda que timidamente.

No início do século XXI começa a ser desenvolvida uma perspectiva mais ampla de desenvolvimento rural, associando novas temáticas, tanto acadêmicas como dos movimentos sociais ligados a temática, passando a ser entendido em uma perspectiva multidimensional, ou seja, como um conjunto de pequenas inovações, com o intuito de:

“[...] criar e consolidar novas relações entre agricultura e sociedade, fazendo com que a agricultura seja transformada devido às necessidades de mudança da sociedade. E essa mudança deve ser entendida como uma nova relação da função da agricultura para o social” (AGUIAR, 2011, p.52).

Devido as consequências advindas do processo de implantação da modernização da agricultura, ainda em curso, agregam-se também ao desenvolvimento rural práticas que visam o desenvolvimento sustentável, colocando em evidência “[...] as novas formas de se considerar as relações dos homens com os recursos naturais, buscando a superação de uma perspectiva puramente economicista, que geralmente não é assumida apenas pelos economistas” (RAMOS, 2007, p.44).

Visto que as demandas encontradas no meio rural não podem ser supridas somente pela via das políticas econômicas, faz-se necessária a intervenção governamental com políticas públicas relacionadas as demandas sociais apresentadas pela população rural, quais sejam, o acesso a educação, a saúde, a alimentação, a moradia, rede elétrica, água encanada, dentre outras. Dessa forma, neste estudo trabalhar-se-á o desenvolvimento rural articulado à políticas públicas que possibilitem a população camponesa alcançar melhores condições de vida, combinando assim políticas de interesse econômico e social.

Mesmo com algumas ações, ainda se tem contemporaneamente o “esquecimento” histórico dos trabalhadores rurais no que tange o acesso a serviços públicos, tendo em vista que “os investimentos em políticas sociais e de infra-estrutura de lazer, saúde, educação e outras, foram e continuam sendo direcionados ao urbano, mesmo em municípios onde a metade ou até mais da metade das pessoas vivem no campo [...]”(ARL, 2008, p. 161). Esse cenário acirrou-se durante a década de 1990, quando o referencial neoliberal passou a ser



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

disseminado no Brasil, estabelecendo-se na contramão do proposto pela Constituição Federal de 1988, visto que nessa concepção os investimentos do Estado voltam-se para o mercado em detrimento dos gastos com a área social (MONTAÑO, 2009). Consequentemente políticas que vinham sendo desenvolvidas neste meio foram reduzidas ou quase extintas.

Essa demora e as posteriores dificuldades para a implantação e implementação de políticas sociais no campo ocorre devido às relações constituídas historicamente na zona rural, onde o grande poder político dos grandes proprietários de terras dificultava a inserção de políticas públicas gerenciadas pelo Estado, e também por este território ser entendido somente pela sua via agrícola, enquanto produtor de alimentos e de insumos para as grandes cidades. Processo este que ainda permeia o meio rural, mas que sempre teve intensa resistência dos trabalhadores rurais, principalmente dos anos 40 em diante, onde vários movimentos sociais do campo surgiram como respostas às precárias de condições de vida que viviam, dentre essas forças pode-se destacar as Ligas Camponesas no Nordeste, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Pequenos Agricultores, entre outros, destacando também a Via Campesina, movimento internacional criado nos anos 90, que possui várias organizações do campo, inclusive as citadas acima. Contemporaneamente as organizações dos trabalhadores rurais buscam lutar para garantir o acesso destes no sistema de proteção social brasileiro, na busca de garantir melhores condições de vida.

4. A Política Social no Brasil e a Dinâmica do Capitalismo.

A atenção para esfera social surge em meados da década de 30 do século XX, devido ao acirramento de interesses entre classes, onde a classe trabalhadora reivindicava melhores condições de vida. Esse acirramento se deu pelo fato do capitalismo se desenvolver de forma contraditória, característica inerente ao seu processo de produção, como expõe Leo Hubermann (1986) referente a tendência geral do movimentos do Capital:

os produtos, socialmente produzidos, são apropriados não pelos seus produtores, mas pelos donos dos meios de produção - os capitalistas. E aí está o problema - a origem do conflito. A produção socializada contra a apropriação capitalista. (p.206).

No Brasil, ao mesmo tempo em que se modernizava o país, aumentava-se as desigualdades sociais no país e concentração de renda. Ou seja, as expressões da questão social chegaram a um ponto que não era mais possível ser secundarizada, era necessária uma



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

ação por parte do Estado. Antes cabe um esclarecimento do que seria questão social, nas palavras de Yamamoto:

[...] apreendida como o *conjunto* das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (2006, p. 27).

Como pode-se observar, a questão social e suas múltiplas expressões são intrínsecas ao processo de desenvolvimento do capital, podem tanto gerar o aprofundamento das desigualdades sociais, como também gerar movimentos de rebeldia do trabalhadores perante sua realidade, pois vivenciam cotidianamente as mazelas que o atingem.

O capital tem como base de sua reprodução o controle sobre a propriedade privada, o poder sobre o Estado, e a divisão da sociedade em classes. Tendo como principal fonte de acumulação de riqueza a compra e exploração da força de trabalho, relação está que aliena o trabalhador de sua atividade fundante enquanto ser social, pois, como afirma autora, este é cada vez mais social, mas o seu produto fica retido nas mãos de poucos.

O processo de alienação induzido pela sociedade capitalista promove a separação radical entre a essência do homem (atividade fundamental na sua construção social e histórica projetada a partir do trabalho), e do seu produto, pois, este último virá uma mercadoria estranha, independente e torna-se o centro do funcionamento do sistema capitalista.

Essa breve discussão sobre a questão social, tanto no seu cunho econômico e filosófico, torna-se necessário para que se entenda os seus rebatimentos ao ser produzida e reproduzida na vida objetiva e subjetiva da classe trabalhadora. Também se torna relevante pelo fato de ser nesses processos sociais que se insere o assistente social, sem essa clareza, o trabalho profissional não conseguirá ter uma noção da totalidade concreta, bem como entender a relação contraditória entre Estado e sociedade civil, onde as políticas sociais podem contribuir para se chegar ao mais próximo do movimento real.

Continuando a discussão, pode-se verificar em Faleiros (1991) que as políticas sociais:

[...] ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquistas dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão (p.8).

Neste sentido, as políticas sociais tornam-se um exemplo essencial no entendimento de como o Estado “dialoga” com os interesses em disputa na sociedade civil, mas não em uma perspectiva fragmentada ou ligada somente a sua face fenomênica, mas sim respaldado no



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

movimento real e contraditório da realidade e nas mediações que ali se fazem, tendo como objetivo chegar o mais próximo da essência dos processos sociais. Neste sentido segundo Behring e Boschetti

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (2011, p. 51).

Neste sentido pode-se verificar tais inflexões no processo sócio-histórico de desenvolvimento das políticas sociais.

No decorrer do tempo, devido ao avanço do capitalismo, as cidades assumiram grande destaque na produção econômica e passaram a concentrar a maioria da população brasileira, instigando a população do campo a migrar para as cidades em busca de inserção no mercado de trabalho. Essa é a expressão do projeto de afirmação e expansão capitalista, a partir da mudança do modelo agrário-exportador para urbano-industrial, como foco da produção econômica (KRAEMER, 2006), como já havia sido sinalizado na discussão acima.

Diante disso, a população rural sofreu ainda mais, visto que quando não representava mais centralidade para a produção, caiu no “esquecimento” das políticas públicas que vinham sendo desenvolvidas para dar conta, ainda que minimamente, das necessidades.

Esse processo de “esquecimento” construiu-se com a expansão do capitalismo no Brasil. Já que o urbano começa a sua caminhada em busca da sobreposição ao modelo agrário de produção e sustentação econômica que predominava no Brasil até o início do século XX.

Assim no governo Vargas (1930-1945) realizaram-se as primeiras ações na ótica da política social, mas os trabalhadores rurais foram deixados de lado, devidos tanto ao desenvolvimento centralizado na área urbana, como pelas relações conservadoras ainda mantidas no campo, principalmente pelo poder dos latifundiários.

Segundo Kraemer (2006, p. 21), a política social veio a ser implantada privilegiando as áreas urbanas e a sua população inserida no mercado de trabalho formal, seguindo o modelo de desenvolvimento pensado pelo Estado para a expansão do capitalismo. Orientações estas assumidas perante a forma de desenvolvimento que se buscou implementar no Brasil. Pode-se observar que a população rural fica deslocada, excluída de qualquer acesso no que tange as políticas sociais, mas somente servindo enquanto mão de obra para o processo de industrialização, e o campo de forma geral ocupando a função de produzir alimentos para as cidades.



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

5. Considerações Finais

O desenvolvimento de políticas sociais no meio rural foi propositalmente tardio no Brasil, tendo como foco principal o desenvolvimento agrícola. Historicamente as ações desenvolvidas baseavam-se no viés econômico, que buscaram atender quase que exclusivamente os grandes proprietários de terras, gerando uma grande desigualdade social, que afeta diretamente os trabalhadores rurais, ocasionando certo “esquecimento” desta população, no que tange ao acesso aos serviços públicos. Exemplo disso foi o grande e lento processo histórico de inserção dos trabalhadores rurais no sistema de proteção social brasileiro de forma igualitária com os trabalhadores urbanos.

Além da dívida histórica, pode-se enumerar pelo menos outros dois fatores que colocam a população rural em desvantagem no acesso aos direitos estabelecidos pela Legislação brasileira. O primeiro, e talvez mais evidente refere-se ao acesso, tendo em vista a distância territorialmente falando, visto que, os serviços localizam-se, na maioria das vezes, nos grandes centros urbanos. O segundo fator que deve ser observado são os critérios para acesso a certas políticas que por vezes não contemplem a realidade da população rural.

Neste sentido quando fala-se em formação profissional do assistente social, e que este insere-se nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, parte-se do pressuposto que para entender a realidade o mais próximo de sua totalidade é necessário compreender a formação do capitalismo no Brasil, tanto no meio urbano como no rural. Neste sentido é necessário que o Serviço Social cada vez mais aproximar-se das discussões em torno das transformações do campo e das políticas agrícolas e sociais ali desenvolvidas, tendo em vista o entendimento do conflito dos projetos de desenvolvimento rural vinculados a projetos antagônicos de sociedade, tanto para as cidades como para o campo.

Desta forma é necessário que cada vez mais os assistentes sociais apropriem-se das transformações que o campo sofreu e vem sofrendo, e principalmente buscar compreender os projetos em disputa, para que tenhamos uma ação mais condizente possível com nossa orientação ética e política. Discutir as políticas sociais para o campo é condição necessária para construir processos que se universalizem tanto em acesso quanto em território atendidos.

REFERÊNCIAS:

AGUIAR, Marcos Daniel Schmidt de. **Condições de vida, políticas públicas e efeitos no desenvolvimento rural:** uma análise do programa “RS Rural” no contexto das desigualdades



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

regionais no Rio Grande do Sul. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2011.

ARL, Valdemar. Agroecologia: desafios para uma condição de interação positiva e co-evolução humana na natureza. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (Org.). **Desenvolvimento Territorial e agroecologia**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado, 1988.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

DELGADO, Guilherme Costa. A Questão Agrária e o Agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. O que é política social. 5. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da Questão Agrária Brasileira. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/questao_agraria.htm>. Acesso em: 29 de out. de 2013.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. **Os Novos Desafios da Agricultura Camponesa**. 3. Ed. [s.l.: s.e], 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KRAEMER, Luciane. **A assistência social e a população rural na região da produção do RS: a (in)visibilidade como condicionante da garantia de acesso**. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação da



II SERPINF

*Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional*

ISBN: 978-85-397-0584-2

Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 4. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

HUBERMANN, Leo. História da Riqueza do Homem. 21. ed. Revista. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

MARICATO, Ermínia. Habitação e Cidade. In: **Espaço & Debate**. Coordenação: Wanderley Loconte. São Paulo: Atual, 1997.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre a sua gênese, a “especificidade” e a sua reprodução**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**. In (organizadoras: Boschetti, I. et alli) Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

RAMOS, Pedro (org). **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília: MDA, 2007.